

JOSÉ SARAMAGO

Escritor
Prémio Nobel
1922-2010



COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA
Dezembro 2018

BIBLIOTECA
MUNICIPAL
CENTRAL



José Saramago, escritor e prémio Nobel da Literatura, foi uma figura ímpar da cultura portuguesa e fundamental para a valorização dos autores portugueses à escala internacional. Embora não tenha nascido em Lisboa, adotou a cidade como sua, revelando-a em várias das suas obras e em múltiplas facetas, aos seus lugares e personagens, permitindo ao leitor conhecer a história e traços identitários que nos caracterizam.

Se já anteriormente a toponímia da cidade perpetuou o seu legado, pela atribuição de um arruamento no Parque das Nações em homenagem ao livro “Jangada de Pedra”, parece oportuno e motivo de orgulho para a Cidade de Lisboa conceder o seu nome ao largo fronteiro à sede da Fundação com o seu nome, e onde repousam as suas cinzas.

Lisboa, dezembro de 2018

Catarina Vaz Pinto

Vereadora da Cultura e Relações Internacionais
da Câmara Municipal de Lisboa

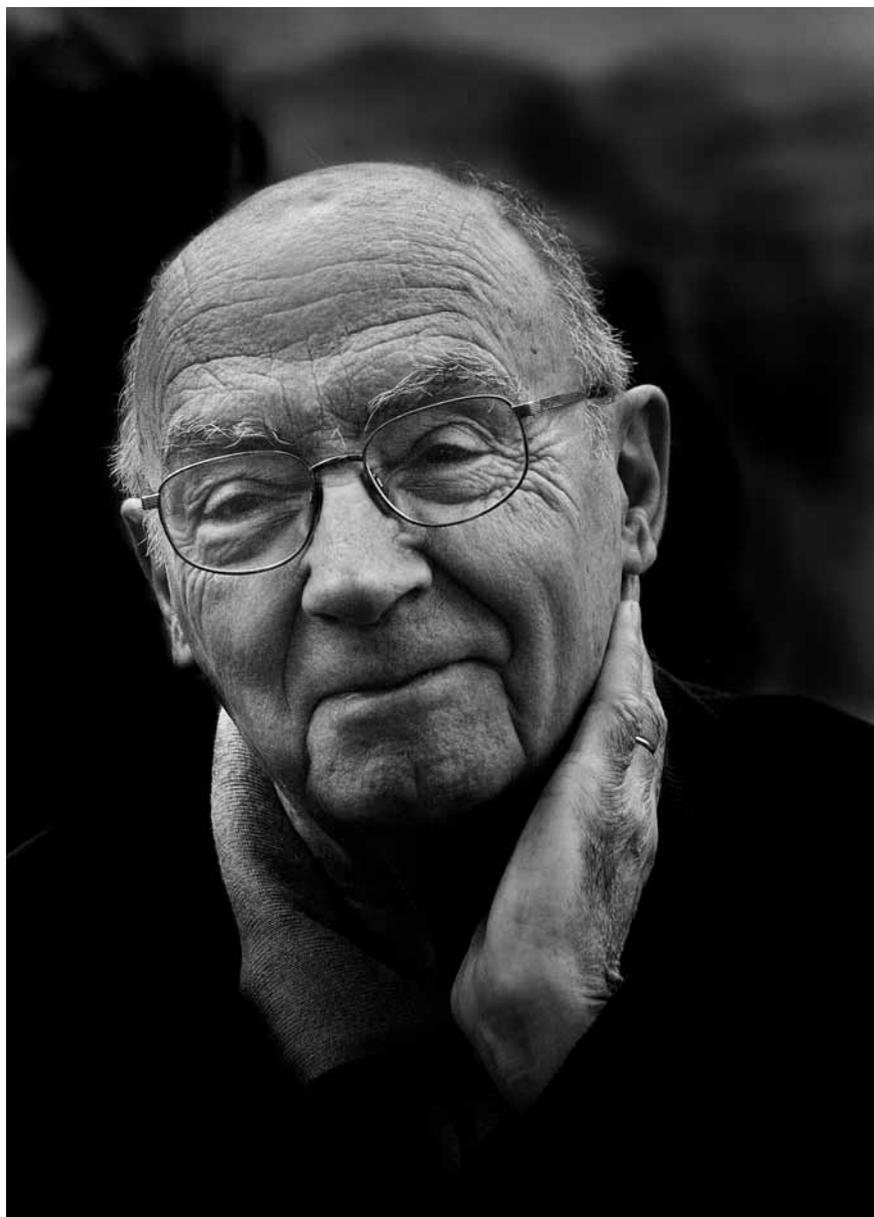


Foto: © Kim Manresa



JOSÉ SARAMAGO

Autobiografia

Nasci numa família de camponeses sem terra, em Azinhaga, uma pequena povoação situada na província do Ribatejo, na margem direita do rio Almonda, a uns cem quilómetros a nordeste de Lisboa. Meus pais chamavam-se José de Sousa e Maria da Piedade. José de Sousa teria sido também o meu nome se o funcionário do Registo Civil, por sua própria iniciativa, não lhe tivesse acrescentado a alcunha por que a família de meu pai era conhecida na aldeia: Saramago. (Cabe esclarecer que saramago é uma planta herbácea espontânea, cujas folhas, naqueles tempos, em épocas de carência, serviam como alimento na cozinha dos pobres). Só aos sete anos, quando tive de apresentar na escola primária um documento de identificação, é que se veio a saber que o meu nome completo era José de Sousa Saramago... Não foi este, porém, o único problema de identidade com que fui fadado no berço. Embora tivesse vindo ao mundo no dia 16 de Novembro de 1922, os meus documentos oficiais referem que nasci dois dias depois, a 18: foi graças a esta pequena fraude que a família escapou ao pagamento da multa por falta de declaração do nascimento no prazo legal.

Talvez por ter participado na Grande Guerra, em França, como soldado de artilharia, e conhecido outros ambientes, diferentes do viver da aldeia, meu pai decidiu, em 1924, deixar o trabalho do campo e trasladar-se com a família para Lisboa, onde começou a exercer a profissão de polícia de segurança pública, para a qual não se exigiam mais “habilitações literárias” (expressão comum então...) que ler, escrever e contar. Poucos meses depois de nos termos instalado na

capital, morreria meu irmão Francisco, que era dois anos mais velho do que eu. Embora as condições em que vivíamos tivessem melhorado um pouco com a mudança, nunca viríamos a conhecer verdadeiro desafogo económico. Já eu tinha 13 ou 14 anos quando passámos, enfim, a viver numa casa (pequeníssima) só para nós: até aí sempre tínhamos habitado em partes de casa, com outras famílias. Durante todo este tempo, e até à maioridade, foram muitos, e frequentemente prolongados, os períodos em que vivi na aldeia com os meus avós maternos, Jerónimo Melrinho e Josefa Caixinha.

Fui bom aluno na escola primária: na segunda classe já escrevia sem erros de ortografia, e a terceira e quarta classes foram feitas em um só ano. Transitei depois para o liceu, onde permaneci dois anos, com notas excelentes no primeiro, bastante menos boas no segundo, mas estimado por colegas e professores, ao ponto de ser eleito (tinha então 12 anos...) tesoureiro da associação académica... Entretanto, meus pais haviam chegado à conclusão de que, por falta de meios, não poderiam continuar a manter-me no liceu. A única alternativa que se apresentava seria entrar para uma escola de ensino profissional, e assim se fez: durante cinco anos aprendi o ofício de serralheiro mecânico. O mais surpreendente era que o plano de estudos da escola, naquele tempo, embora obviamente orientado para formações profissionais técnicas, incluía, além do Francês, uma disciplina de Literatura. Como não tinha livros em casa (livros meus, comprados por mim, ainda que com dinheiro emprestado por um amigo, só os pude ter aos 19 anos), foram os livros escolares de Português, pelo seu carácter “antológico”, que me abriram as portas para a fruição literária: ainda hoje posso recitar poesias aprendidas naquela época distante. Terminado o curso, trabalhei durante cerca de dois anos como serralheiro mecânico numa oficina de reparação de automóveis. Também por essas alturas tinha começado a frequentar, nos períodos nocturnos de funcionamento, uma biblioteca pública de Lisboa. E foi aí, sem ajudas nem conselhos, apenas guiado pela

curiosidade e pela vontade de aprender, que o meu gosto pela leitura se desenvolveu e apurou.

Quando casei, em 1944, já tinha mudado de actividade, passara a trabalhar num organismo de Segurança Social como empregado administrativo. Minha mulher, Ilda Reis, então dactilógrafa nos Caminhos de Ferro, viria a ser, muitos anos mais tarde, um dos mais importantes gravadores portugueses. Faleceria em 1998. Em 1947, ano do nascimento da minha única filha, Violante, publiquei o primeiro livro, um romance que intitulei *A Viúva*, mas que por conveniências editoriais viria a sair com o nome de *Terra do Pecado*. Escrevi ainda outro romance, *Clarabóia*, que permanece inédito até hoje, e principiei um outro, que não passou das primeiras páginas: chamar-se-ia *O Mel e o Fel* ou talvez *Luís, filho de Tadeu...* A questão ficou resolvida quando abandonei o projecto: começava a tornar-se claro para mim que não tinha para dizer algo que valesse a pena. Durante 19 anos, até 1966, quando publicaria *Os Poemas Possíveis*, estive ausente do mundo literário português, onde devem ter sido pouquíssimas as pessoas que deram pela minha falta.

Por motivos políticos fiquei desempregado em 1949, mas, graças à boa vontade de um meu antigo professor do tempo da escola técnica, pude encontrar ocupação na empresa metalúrgia de que ele era administrador. No final dos anos 50 passei a trabalhar numa editora, Estúdios Cor, como responsável pela produção, regressando assim, mas não como autor, ao mundo das letras que tinha deixado anos antes. Essa nova actividade permitiu-me conhecer e criar relações de amizade com alguns dos mais importantes escritores portugueses de então. Para melhorar o orçamento familiar, mas também por gosto, comecei, a partir de 1955, a dedicar uma parte do tempo livre a trabalhos de tradução, actividade que se prolongaria até 1981: Colette, Pär Lagerkvist, Jean Cassou, Maupassant, André Bonnard, Tolstoi, Baudelaire, Étienne Balibar, Nikos Poulantzas, Henri Focillon, Jacques Roumain, Hegel, Raymond Bayer foram alguns dos

autores que traduzi. Outra ocupação paralela, entre Maio de 1967 e Novembro de 1968, foi a de crítico literário. Entretanto, em 1966, publicara *Os Poemas Possíveis*, uma colectânea poética que marcou o meu regresso à literatura. A esse livro seguiu-se, em 1970, outra colectânea de poemas, *Provavelmente Alegria*, e logo, em 1971 e 1973 respectivamente, sob os títulos *Deste Mundo e do Outro* e *A Bagagem do Viajante*, duas recolhas de crónicas publicadas na imprensa, que a crítica tem considerado essenciais à completa compreensão do meu trabalho posterior. Tendo-me divorciado em 1970, iniciei uma relação de convivência, que duraria até 1986, com a escritora portuguesa Isabel da Nóbrega.

Deixei a editora no final de 1971, trabalhei durante os dois anos seguintes no vespertino *Diário de Lisboa* como coordenador de um suplemento cultural e como editorialista. Publicados em 1974 sob o título *As Opiniões que o DL teve*, esses textos representam uma “leitura” bastante precisa dos últimos tempos da ditadura que viria a ser derrubada em Abril daquele ano. Em Abril de 1975 passei a exercer as funções de director-adjunto do matutino *Diário de Notícias*, cargo que desempenhei até Novembro desse ano e de que fui demitido na sequência das mudanças ocasionadas pelo golpe político-militar de 25 de daquele mês, que travou o processo revolucionário. Dois livros assinalam esta época: *O Ano de 1993*, um poema longo publicado em 1975, que alguns críticos consideram já anunciador das obras de ficção que dois anos depois se iniciariam com o romance *Manual de Pintura e Caligrafia*, e, sob o título *Os Apartamentos*, os artigos de teor político que publiquei no jornal de que havia sido director.

Sem emprego uma vez mais e, ponderadas as circunstâncias da situação política que então se vivia, sem a menor possibilidade de o encontrar, tomei a decisão de me dedicar inteiramente à literatura: já era hora de saber o que poderia realmente valer como escritor. No princípio de 1976 instalei-me por algumas semanas em Lavre, uma povoação rural da província do Alentejo. Foi esse período de

estudo, observação e registo de informações que veio a dar origem, em 1980, ao romance *Levantado do Chão*, em que nasce o modo de narrar que caracteriza a minha ficção novelesca. Entretanto, em 1978, havia publicado uma colectânea de contos, *Objecto Quase*, em 1979 a peça de teatro *A Noite*, a que se seguiu, poucos meses antes da publicação de *Levantado do Chão*, nova obra teatral, *Que Farei com este Livro?*. Com excepção de uma outra peça de teatro, intitulada *A Segunda Vida de Francisco de Assis* e publicada em 1987, a década de 80 foi inteiramente dedicada ao romance: *Memorial do Convento*, 1982, *O Ano da Morte de Ricardo Reis*, 1984, *A Jangada de Pedra*, 1986, *História do Cerco de Lisboa*, 1989. Em 1986 conheci a jornalista espanhola Pilar del Río. Casámo-nos em 1988.

Em consequência da censura exercida pelo Governo português sobre o romance *O Evangelho segundo Jesus Cristo* (1991), vetando a sua apresentação ao Prémio Literário Europeu sob pretexto de que o livro era ofensivo para os católicos, transferimos, minha mulher e eu, em Fevereiro de 1993, a nossa residência para a ilha de Lanzarote, no arquipélago de Canárias. No princípio desse ano publiquei a peça *In Nomine Dei*, ainda escrita em Lisboa, de que seria extraído o libreto da ópera *Divara*, com música do compositor italiano Azio Corghi, estreada em Münster (Alemanha), em 1993. Não foi esta a minha primeira colaboração com Corghi: também é dele a música da ópera *Blimunda*, sobre o romance *Memorial do Convento*, estreada em Milão (Itália), em 1990. Em 1993 iniciei a escrita de um diário, *Cadernos de Lanzarote*, de que estão publicados cinco volumes. Em 1995 publiquei o romance *Ensaio sobre a Cegueira* e em 1997 *Todos os Nomes* e *O Conto da Ilha Desconhecida*. Em 1995 foi-me atribuído o Prémio Camões, e em 1998 o Prémio Nobel de Literatura.

Em consequência da atribuição do Prémio Nobel a minha actividade pública viu-se incrementada. Viajei pelos cinco continentes, oferecendo conferências, recebendo graus académicos, participando em reuniões e congressos, tanto de carácter literário como social e

político, mas, sobretudo, participei em acções reivindicativas da dignificação dos seres humanos e do cumprimento da Declaração dos Direitos Humanos pela consecução de uma sociedade mais justa, onde a pessoa seja prioridade absoluta, e não o comércio ou as lutas por um poder hegemónico, sempre destrutivas.

Creio ter trabalhado bastante durante estes últimos anos. Desde 1998, publiquei *Folhas Políticas* (1976-1998) (1999), *A Caverna* (2000), *A Maior Flor do Mundo*(2001), *O Homem Duplicado* (2002), *Ensaio sobre a Lucidez* (2004), *Don Giovanni ou o Dissoluto Absolvido* (2005), *As Intermitências da Morte* (2005) e *As Pequenas Memórias* (2006). Agora, neste Outono de 2008, aparecerá um novo livro: *A Viagem do Elefante*, um conto, uma narrativa, uma fábula.

No ano de 2007 decidiu criar-se em Lisboa uma Fundação com o meu nome, a qual assume, entre os seus objectivos principais, a defesa e a divulgação da literatura contemporânea, a defesa e a exigência de cumprimento da Carta dos Direitos Humanos, além da atenção que devemos, como cidadãos responsáveis, ao cuidado do meio ambiente. Em Julho de 2008 foi assinado um protocolo de cedência da Casa dos Bicos, em Lisboa, para sede da Fundação José Saramago, onde esta continuará a intensificar e consolidar os objectivos a que se propôs na sua Declaração de Princípios, abrindo portas a projectos vivos de agitação cultural e propostas transformadoras da sociedade.

Nota – Depois de *A Viagem do Elefante*, José Saramago escreveu *Caim*, *O Caderno* e *O Caderno II*, publicados em 2009 e que não chegou a acrescentar à sua Autobiografia.

Postumamente, foram publicados *Claraboia* (concluído em 1953 e publicado em 2011) e *Alabardas, alabardas, Espingardas, espingardas* (2014), romance incompleto que José Saramago estava a escrever em 2010.

Em 2018, publicou-se o volume VI dos *Cadernos de Lanzarote*, com o título *Último Caderno de Lanzarote. O diário do ano do Nobel*.

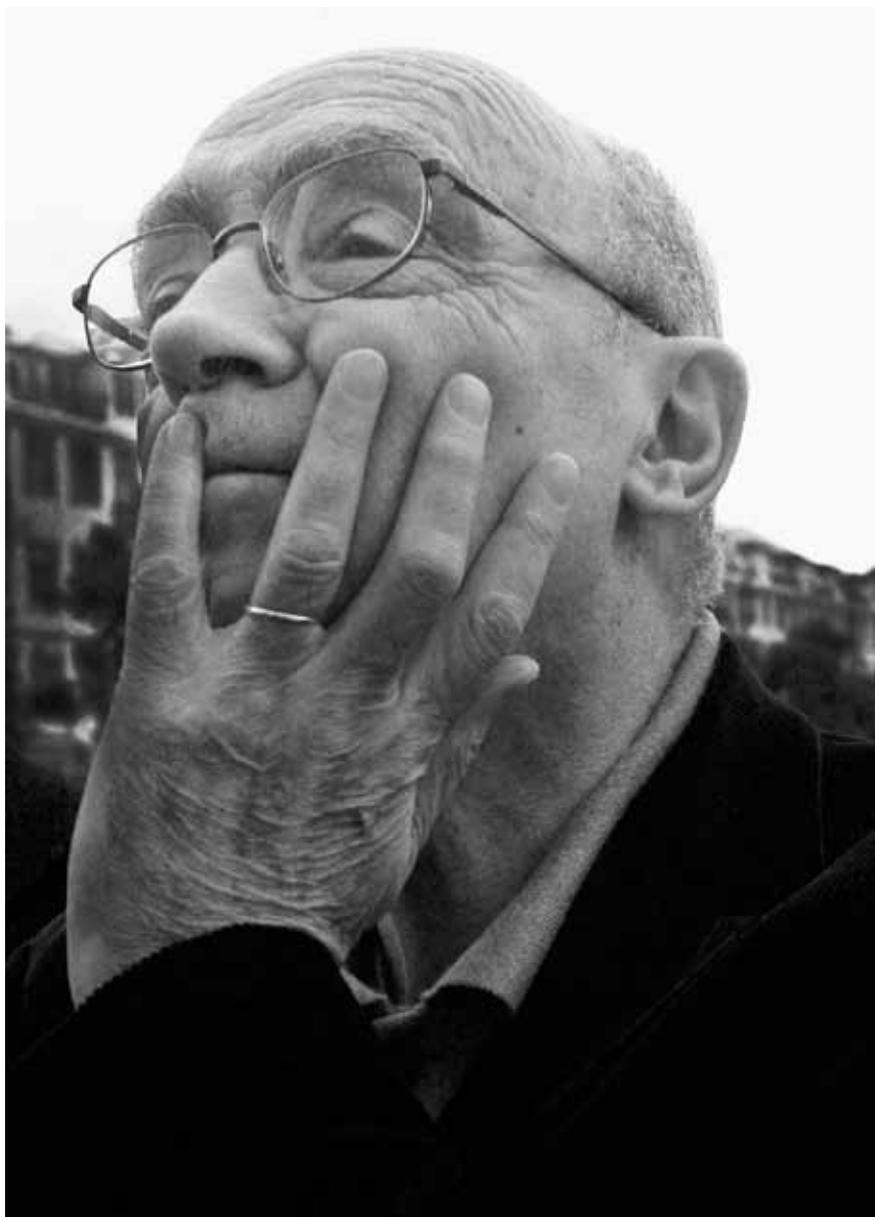


Foto: © Kim Manresa



Foto: © Estelle Valente



JOSÉ SARAMAGO

Palavras para uma cidade

Tempo houve em que Lisboa não tinha esse nome. Chamavam-lhe Olisipo quando os Romanos ali chegaram, Olissibona quando a tomaram os Mouros, que logo deram em dizer Aschbouna, talvez porque não soubessem pronunciar a bárbara palavra. Quando, em 1147, depois de um cerco de três meses, os Mouros foram vencidos, o nome da cidade não mudou logo na hora seguinte: se aquele que iria ser o nosso primeiro rei enviou à família uma carta a anunciar o feito, o mais provável é que tenha escrito ao alto Aschbouna, 24 de Outubro, ou Olissibona, mas nunca Lisboa. Quando começou Lisboa a ser Lisboa de facto e de direito? Pelo menos alguns anos tiveram de passar antes que o novo nome nascesse, tal como para que os conquistadores Galegos começassem a tornar-se Portugueses... Estas miudezas históricas interessam pouco, dir-se-á, mas a mim interessar-me-ia muito, não só saber, mas ver, no exacto sentido da palavra, como veio mudando Lisboa desde aqueles dias. Se o cinema já existisse então, se os velhos cronistas fossem operadores de câmara, se as mil e uma mudanças por que Lisboa passou ao longo dos séculos tivessem sido registadas, poderíamos ver essa Lisboa de oito séculos crescer e mover-se como um ser vivo, como aquelas flores que a televisão nos mostra, abrindo-se em poucos segundos, desde o botão ainda fechado ao esplendor final das formas e das cores. Creio que amaria a essa Lisboa por cima de todas as cousas. Fisicamente, habitamos um espaço, mas, sentimentalmente, somos habitados por uma memória. Memória que é a de um espaço e de um tempo, memória no interior da qual vivemos, como uma ilha entre

dois mares: um que dizemos passado, outro que dizemos futuro. Podemos navegar no mar do passado próximo graças à memória pessoal que conservou a lembrança das suas rotas, mas para navegar no mar do passado remoto teremos de usar as memórias que o tempo acumulou, as memórias de um espaço continuamente transformado, tão fugidio como o próprio tempo. Esse filme de Lisboa, comprimindo o tempo e expandindo o espaço, seria a memória perfeita da cidade. O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar. Quando tive de recriar o espaço e o tempo de Lisboa onde Ricardo Reis viveria o seu último ano, sabia de antemão que não seriam coincidentes as duas noções do tempo e do lugar: a do adolescente tímido que fui, fechado na sua condição social, e a do poeta lúcido e genial que frequentava as mais altas regiões do espírito. A minha Lisboa foi sempre a dos bairros pobres, e quando, muito mais tarde, as circunstâncias me levaram a viver noutros ambientes, a memória que preferi guardar foi a da Lisboa dos meus primeiros anos, a Lisboa da gente de pouco ter e de muito sentir, ainda rural nos costumes e na compreensão do mundo. Talvez não seja possível falar de uma cidade sem citar umas quantas datas notáveis da sua existência histórica. Aqui, falando de Lisboa, foi mencionada uma só, a do seu começo português: não será particularmente grave o pecado de glorificação... Sê-lo-ia, sim, ceder àquela espécie de exaltação patriótica que, à falta de inimigos reais sobre que fazer cair o seu suposto poder, procura os estímulos fáceis da evocação retórica. As retóricas comemorativas, não sendo forçosamente um mal, comportam no entanto um sentimento de auto-complacência que leva a confundir as palavras com os actos, quando as não coloca no lugar que só a eles competiria. Naquele dia de Outubro, o então ainda mal iniciado Portugal deu um largo passo em frente, e tão firme foi ele que não voltou Lisboa a ser perdida. Mas

não nos permitamos a napoleónica vaidade de exclamar: “Do alto daquele castelo oitocentos anos nos contemplam” – e aplaudir-nos depois uns aos outros por termos durado tanto... Pensemos antes que do sangue derramado por um e outro lados está feito o sangue que levamos nas veias, nós, os herdeiros desta cidade, filhos de cristãos e de mouros, de pretos e de judeus, de índios e de amarelos, enfim, de todas as raças e credos que se dizem bons, de todos os credos e raças a que chamam maus. Deixemos na irónica paz dos túmulos aquelas mentes transviadas que, num passado não distante, inventaram para os Portugueses um “dia da raça”, e reivindicamos a magnífica mestiçagem, não apenas de sangues, mas sobretudo de culturas, que fundou Portugal e o fez durar até hoje. Lisboa tem-se transformado nos últimos anos, foi capaz de acordar na consciência dos seus cidadãos o renovo de forças que a arrancou do marasmo em que caíra. Em nome da modernização levantam-se muros de betão sobre as pedras antigas, transtornam-se os perfis das colinas, alteram-se os panoramas, modificam-se os ângulos de visão. Mas o espírito de Lisboa sobrevive, e é o espírito que faz eternas as cidades. Arrebatado por aquele louco amor e aquele divino entusiasmo que moram nos poetas, Camões escreveu um dia, falando de Lisboa: “...cidade que facilmente das outras é princesa”. Perdoemos-lhe o exagero. Basta que Lisboa seja simplesmente o que deve ser: culta, moderna, limpa, organizada – sem perder nada da sua alma. E se todas estas bondades acabarem por fazer dela uma rainha, pois que o seja. Na república que nós somos serão sempre bem-vindas rainhas assim.

José Saramago



Foto: © Kim Manresa





FICHA TÉCNICA

Edição | Câmara Municipal de Lisboa
Presidente | **Fernando Medina**
Pelouro da Cultura e Relações Internacionais | **Catarina Vaz Pinto**
Direção Municipal de Cultura | **Manuel Veiga**
Departamento do Património Cultural | **Jorge Ramos de Carvalho**

Título | **José Saramago**
Textos | **Fundação José Saramago**
Design | **Ernesto Matos**
Tiragem | 250
Ano | 2018
Depósito Legal | 449007/18
Execução gráfica | **Imprensa Municipal de Lisboa**
Foto de Capa | © **Kim Manresa**

LARGO JOSÉ SARAMAGO



$38^{\circ}42'30.1''\text{N } 9^{\circ}07'58.4''\text{W}$
38.708359, -9.132879



COMISSÃO
MUNICIPAL
DE TOPÓNIMIA